

PARTE IV

As IV Jornadas de Arqueologia do Norte Alentejano



Sessão de abertura das IV Jornadas de Arqueologia do Norte Alentejano.
Castelo de Vide, 25 de março de 2022

DA ORGANIZAÇÃO...

Comissão Organizadora

Leonor Rocha (CEAACP/ UALg/ Universidade de Évora)

Nelson Almeida (CHAIA/DRCAlentejo)

João Guimarães (Fundação Nossa Senhora da Esperança/ Centro de Arte e Cultura)

David Vaqueiro (Fundação Nossa Senhora da Esperança/ Centro de Arte e Cultura)

Cidália Duarte (DRCNorte)

Ana Cristina Martins (IHC NOVA FCSH – Pólo Universidade de Évora)

Jorge de Oliveira (CHAIA/ Universidade de Évora)

Gertrudes Branco (CHAIA/ DRCCentro)

Comissão Científica

Ana Cristina Martins (IHC NOVA FCSH – Pólo Universidade de Évora)

Cidália Duarte (DRCNorte)

Gertrudes Branco (CHAIA/ DRCCentro)

João Carlos Caninas (Associação de Estudos do Alto Tejo (AEAT))

Jorge de Oliveira (CHAIA/ Universidade de Évora)

José d`Encarnação (CEAACP/ Universidade de Coimbra)

Leonor Rocha (CEAACP/ UALg/ Universidade de Évora)

Mariana Diniz (UNIARQ/ Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa)

Maria João Valente (CEAACP/Universidade Algarve)

Nelson Almeida (CHAIA/DRCAlentejo)

Patrocínios



DO PROGRAMA...

COMUNICAÇÕES

Leonor Rocha - Megalitismo, destruições e classificações: perspetivas e problemáticas sobre o estado da questão no Alentejo.

Nuno Faria e Mariana Diniz - Megalitismo em Castelo de Vide: Análise tecnopológica da indústria de Pedra Lascada da Anta dos Mosteiros.

Hipolito Collado Giraldo *et al* - O projecto FIRST-ART e os mais recentes trabalhos sobre a arte pré-histórica da gruta do Escoural

Marta Borges *et al* - O papel social das mulheres e adolescentes da Idade do Bronze do Sudeste de Portugal a partir da análise de enterramentos em hipogeus.

Inês Ribeiro, António Diniz e Leonor Rocha - A Antropização das paisagens alentejanas na Pré-história Recente e Proto-história: entre o selvagem e o antrópico.

Maissa Bezzeghoud - Aplicação de técnicas geofísicas não invasivas à prospeção de sítios pré-históricos do Alentejo: 3 casos de estudo.

Jorge de Oliveira - O Povoado Pré-Histórico do Veloso (Carreiras, Portalegre).

Leonor Rocha e Paula Morgado - A Anta da Meada 2 (Monforte): a difícil sobrevivência de um monumento megalítico.

João Carlos Caninas - Projeto Vamba: uma experiência cooperativa de valorização patrimonial nas Portas de Ródão (Vila Velha de Ródão e Nisa).

Leonor Rocha - Alentejo e Megalitismo...percursos de uma investigação já centenária.

Jorge de Oliveira - “AS ANTAS SÃO DO POVO”, de operários a arqueólogos no concelho de Marvão (anos 80 – 90 do séc. XX).

José Santos - Propostas de valorização da região de Villa Cardillio.

Sara Garcês *et al.* - As gravuras rupestres do rio Sever. Identificação e trabalhos preliminares.

João Peixoto e Ana Cristina Martins - Arqueologia e salvaguarda do património cultural de Tomar: os casos de Roure Pietra (1815-1874) e de Vieira Guimarães (1864-1939).

Pedro Salvado - Vila Velha de Ródão: O castelo do rei Wamba Tempos, fronteiras e imaginários

Alberto Dorado Alejos *et al* - Proyecto para la definición de la secuencia de ocupación del término municipal de Valencia de Alcántara (Cáceres, España).

Sara Garcês *et al* - O projecto TURARQ – promoção do Turismo Arqueológico nos territórios de baixa densidade populacional do Médio Tejo.

José d'Encarnação - Romanos no Nordeste alentejano – Percursos de uma investigação.

Ana Cristina Martins - Afinal, para que serve a história da arqueologia? –

Ruben Barbosa - “Entre Santa e Santo, parede de cal e canto”: contributo arqueológico para a interpretação das remodelações estruturais da Igreja do Convento da Saudação (Montemor-o-Novo).

Sílvia Ricardo - Casas que escondiam torres: arqueologia urbana no Castelo de Nisa (Portalegre, Alto Alentejo).

Jorge de Oliveira - O Açude Romano da Ammaia: a sua recuperação (Marvão).

Carolina Cabrero González e Leonor Rocha - A geographical review in the Moras' municipality megaliths. Preliminary results.

Ivo Santos - Megalitismo: uma proposta de abordagem aos dados.

David Sánchez-Abellán - Estado de la cuestión del análisis antropológico de restos neolíticos y calcolíticos en Extremadura.

Paula Morgado e Daniela Anselmo - A Capela do Hospital da Misericórdia de Monforte: um caso de estudo.

Sofia Nogueira - A Vida após a Morte: o que têm para contar os esqueletos da Herdade do Álamo e Monte Bolor 1?

Ricardo Miguel Godinho *et al* - Resultados preliminares do projecto de investigação SAND.

Daniela Anselmo, Paula Morgado e Leonor Rocha - Não perturbem os mortos: os casos das antas da Serrinha e da Meada 2 (Monforte).

Ricardo Miguel Godinho e Cidália Duarte - Análises destrutivas de remanescentes ósseos/odontológicos humanos e salvaguarda digital.

POSTERS

M^a João Valente *et al* - Contributo para o conhecimento da alimentação eborense em contextos modernos: estudo de materiais zooarqueológicos do Colégio do Espírito Santo.

Ana Ribeiro - Revisão da Carta Arqueológica de Avis: novos desafios na gestão do património arqueológico e na sua afirmação nas dinâmicas locais.

Bruno Gambinhas Leal - Fotogrametria de dólmens: Linhas orientadoras para a aquisição de imagens.

Alicia Bernal Sánchez del Busto e Leonor Rocha - As Contas de Colar da Anta Grande do Zambujeiro (Évora).

Alberto Dorado Alejos *et al* - *Nadie la tocó y ella sola se cayó*. Resultados de la intervención arqueológica realizada en la Ermita de Valbón de Valencia de Alcántara (Cáceres, Extremadura).

António Diniz *et al* - Problemas em torno do licenciamento de obras em contexto urbano: o caso do Colégio de Espírito Santo.

João Magusto - Inumações no Olival da Fundação N^a Sr^a da Esperança – Castelo de Vide. Apontamentos.

DAS MEMÓRIAS [Futuras...]

1. As resoluções

Documento realizado no decurso das IV Jornadas, posteriormente revisto (e subscrito) por todos os investigadores presentes.

MEMORANDO

As IV Jornadas de Arqueologia do Norte Alentejano, em reunião em Castelo de Vide, nos dias 25 e 26 de março de 2022, viram surgir, em fase de preparação do seu programa de comunicações, o anúncio da Abertura do procedimento de classificação do Megalitismo Alentejano, exarado sobre proposta da Direção Regional de Cultura do Alentejo, publicado pelo Diretor-Geral do Património Cultural, no Diário da República, 2.^a Série, n.º 40 de 25 de fevereiro de 2022, anúncio nº 39/ 2022).

Ao longo das diversas intervenções e em momentos de debate, os arqueólogos presentes, nos quais se incluem diversos investigadores, com décadas de trabalho sobre o Megalitismo Alentejano, reportaram um número elevado de preocupações, relativas aos sítios incluídos no anúncio de Abertura, nomeadamente:

- i) imprecisões na localização, abrangendo áreas fora do território alentejano;
- ii) grau de preservação, e mesmo destruição, de monumentos incluídos no conjunto proposto para classificação;
- iii) desatualização das descrições e tipologias dos sítios;
- iv) ausência injustificada de monumentos identificados nas últimas 2 décadas, reportados à DGPC através de relatórios técnico científicos, muitos dos quais intervencionados e publicados.

A estas preocupações acrescem a priorização da classificação dos monumentos megalíticos, em detrimento de outros sítios arqueológicos, igualmente importantes científica e patrimonialmente, sobre os quais recaiu o mesmo perigo de destruição. Acresce a constatação de que a informação veiculada pela Direção Regional de Cultura do Alentejo, no âmbito do procedimento de classificação do Megalitismo Alentejano, não integra, nem considera a informação constante da bibliografia e dos relatórios resultante da realização de trabalhos arqueológicos, efetuados nas últimas décadas por profissionais competentes.

Se compreendemos que esta é apenas uma proposta, passível de reclamação, nos termos estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, para a qual se espera a participação da comunidade arqueológica, e de outras entidades, para indicação e correção destes erros, é também verdade que:

- compete ao Estado português através dos seus organismos, a proteção e valorização de todos os testemunhos com valor de civilização incluindo a guarda do Arquivo da Arqueologia Portuguesa (nº 1 do art.º 2º e art.º 6º da Lei 107/2001, de 8 de setembro);
- a tendência das deliberações europeias – nomeadamente a Transição Digital – aponta para a preservação dos arquivos em suporte digital e partilhado (<https://www.archivesportaleurope.net/pt/home>);
- a tutela da Arqueologia não tem hoje estrutura, nem recursos humanos especializados, nem materiais (equipamentos), para conseguir verificar (e muito menos atualizar) os dados de georreferenciação e estado de preservação das estruturas e sítios arqueológicos;
- contudo, a preservação do património é feita, por arqueólogos, de várias formas, nomeadamente o correto registo da sua localização, notícia da sua preservação e estudos efetuados em seu entorno e remetido à tutela, sob a forma de relatórios técnico-científicos, para atualização da base de dados nacional;
- A preservação do Património Cultural é responsabilidade do Estado e um garante da salvaguarda da herança nacional, Europeia e da Humanidade.

Por isso, tendo em conta o Anúncio da Proposta de abertura do procedimento de classificação do Megalitismo Alentejano, ora em apreço, assim como preocupações veiculadas no presente documento, expressas nas IV Jornadas de Arqueologia do Norte Alentejano, enquanto reunião profissional de agentes da investigação arqueológica, recomenda-se:

- que a verificação da georreferenciação, e atualização da informação associada aos sítios e estruturas arqueológicas, seja uma atividade retomada de forma sistemática pela tutela;
- que deve ser aberta aos arqueólogos, com projetos de investigação e/ou intervenções de campo, a possibilidade de inserir diretamente no Portal do Arqueólogo os dados resultantes dos seus trabalhos;

- que, antes de qualquer proposta de classificação do património, sejam considerados os trabalhos de campo efetuados pelas equipas nacionais e internacionais de Arqueologia, e cujo trabalho é do conhecimento da DGPC, através dos PATAS e relatórios submetidos. Estas equipas devem ser chamadas à preparação dos dados, antes da submissão da proposta;
- que a DGPC e as DRCs façam um esforço de adesão à Transformação Digital da Administração Pública Europeia, tal como definido pelo Conselho da Europa, através, por exemplo, da recomendação de 2021 com vista ao "acelerar a digitalização de todos os monumentos, locais, objetos e artefactos de interesse histórico do património cultural, em benefício das gerações futuras, bem como proteger e preservar o património que se encontra em risco e impulsionar a sua reutilização em domínios como a educação, o turismo sustentável e os setores cultural e criativo" (<https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/news/commission-proposes-common-european-data-space-cultural-heritage>)

Por último, considerou-se também que, no que respeita aos locais de depósito de bens arqueológicos, se deve dar uma atenção especial aos contextos funerários e à forma como são preservados (ou não), os vestígios osteológicos neles recuperados. Adicionalmente, recomendamos o controle máximo da amostragem de material biológico humano, através de protocolos rigorosos que devem ser implementados e seguidos por instituições que alberguem estes vestígios. As técnicas de microtomografia axial computadorizada permitem o registo exaustivo da topografia interna e eterna do bem arqueológico amostrado. Só assim se preservam para a posteridade os bens que são património nacional.

Castelo de Vide, 26 de março de 2022

2. Momentos das IV Jornadas de Arqueologia do Norte Alentejano

































